Secretaria de Estado de Obras

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: CONTRATO Nº 025/2013, firmado em 16/05/2013. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Obras e o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A. - FALCONI.

OBJETO: Prestação de serviço de consultoria para auxiliar a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP em sua re-estruturação organizacional de processos e na implantação de siste-

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 - Processo Administrativo nº

E-17/002/000025/2013 VALOR: R\$ 2.550.500,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil e uinhentos reais).

PRAZO: 18 (dezoito) meses.

ld: 1495707

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Oitavo Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 016/2008. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Obras e a EMPRESA EMISSÃO ENGENHARIA E CONSTRU e a EMPRESA EMISSÃO ENGENHARIA E CONSTRU-CÕES LTDA

COES LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual, adequação de quantidades e serviços da planilha contratual, com alteração de valor.

VALOR: R\$ 470.614,51 (quatrocentos e setenta mil seiscentos e quatorze reais e cinquenta e um centavos).

ASSINATURA: 16 de maio de 2013.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-17/001.085/2007.

Id: 1495882

ld: 1495882 **EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

IDENTIFICAÇÃO: Quarto Termo Aditivo ao CONVÊNIO Nº 066/2009. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Obras e o Município de Laje do Muriaé.

OBJETO: Prorrogação do prazo do convênio.

ASSINATURA: 16 de maio de 2013.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-17/002.426/2009

IDENTIFICAÇÃO: Quinto Termo Aditivo ao CONVÊNIO Nº 067/2009. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Obras e o Município de Laje do Muriaé.

OBJETO: Prorrogação do prazo do convênio.

ASSINATURA: 16 de maio de 2013.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-17/002.153/2009.

IDENTIFICAÇÃO: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado

PARTES: Estado do Río de Janeiro, atraves da Secretaria de Estado de Obras e a EMPRESA SILTHUR CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: Adequação de quantidades e serviços da planilha contratual com alteração de valor.

VALOR: R\$ 5.876.402,62 (cinco milhões, oitocentos e setenta e seis

mil quatrocentos e dois reais e sessenta e dois centavos).

ASSINATURA: 16 de maio de 2013

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-17/001.437/2012.

ld: 1495961

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO

CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 002/2013/SEOBRAS

A SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS comunica aos interessados que a Concorrência Nacional nº 002/2013/SEO-BRAS, cujo objeto é a Elaboração de Projeto Executivo e a Execução das Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Zona Oeste - Santa Cruz, Guaratiba e Outros, no Município do Rio de Janeiro - RJ, fica reagendada para o dia 21/05/2013, às 11h, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada no 8º andar da SEO-BRAS, situado na Rua da Ajuda no 5.

ld: 1496809

TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

A COMISSÃO, abaixo assinada, atesta o RECEBIMENTO PROVISÓ-RIO, dos serviços de elaboração de projeto executivo e a execução das obras de construção da Passarela do Corrêas - Município de Petrópolis - RJ, referente ao Contrato nº 033/2012 com a empresa SO-MA - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., objeto do processo nº E-17/000.175/2012, correspondente a etapa final da obra e de acordo com o Contrato e seus aditivos, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2013

José Giovanini Filho - matrícula 5007338-9 Rafael Pimentel Ribeiro - matrícula 4432321-2 Ederson Nogueira Nastácio - matrícula nº 36000230

ACEITAÇÃO DEFINITIVA

COMISSÃO, abaixo assinada, atesta o RECEBIMENTO DEFINITI-VO, da elaboração de projeto executivo e execução de obras de re-forço no sistema de abstecimento de água tratada no bairro de Sacramento no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, referente ao Contrato nº 149/2010 com a empresa RIVEL CONSTRUÇÃO LTDA., objeto do processo nº E-17/000.594/2010, correspondente a etapa final da obra e de acordo com o Contrato e seus aditivos, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2013

Elaine Eulina dos Santos Cruz - matr. nº 944.271-6 Ricardo José de Abreu Branco - matr. 5311-1 - CEDAE Cláudio de Assumpção Bastos - matr. 13.856-1 - CEDAE

ld: 1495740

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 025/2013, assinado em 14.05.2013. PARTES: DER-RJ e ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. OBJETO: Serviços contínuos de manutenção restauração, pavimentação e conservação de áreas de lazer e de praças de esporte, bem como a conservação de areas de lazer e de praças de esporte, bem como a manutenção corretiva e preventiva nas vias e áreas públicas da Região Metroplitana do Estado. PRAZO: 90 (noventa) dias corridos. VA-LOR: R\$6.329.781,04. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-17/200.466/2010.

ld: 1494448. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo I de Prorrogação Rerratificação ao Contrato de Adesão nº 037-A/2011, assinado em 14.05.2013. PAR-TES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da FUNDAÇÃO DE-PARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DER-RJ, o CONSÓRCIO RIOTEC II e o CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ. OBJETO: Prorroga o prazo do contrato de adesão e readequa o cronograma físico-financeiro. PRA-ZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 161.640,00. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-17/204.164/2012.

ld: 1494715. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 012/2011

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a INTERNÁUTICA CALL CENTER SERVIÇOS DE CONTATOS TELEFÓNICOS LTDA.

OBJETO: "Prorrogação com acréscimo e reequilíbrio econômico-finan-

PRAZO: 720 dias

VALOR: R\$ 7.404.030,52.
ASSINATURA: 10/05/2013.
FUNDAMENTO: PROCESSO N° E-17/103.236/2010 (Pregão Presen-

cial nº 107/2010). *Omitido no D.O. de 11/05/2013.

ld: 1496109. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS. COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº

OBJETO: "Contratação dos serviços de recebimento de resíduos de estações de tratamento de esgotos em aterro sanitário - GTE (Ge-

rência de Tratamento de Esgotos)". A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que o Pregão Eletrônico em epígrafe que seria realizado em 20/05/2013, foi adiado para o dia 28/05/2013, no mesmo horário e local anteriormente divulgados

ld: 1496383. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

*INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 07/2012. PAR-TES: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP e a Engeproc Construtora Ltda. **OBJETO**: Formalizar as modificações de quantidades, bem como a prorrogação do prazo contratual das obras/serviços de reparo nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) de botafogo, no Município do Rio de Janeiro. **FUNDA-MENTO**: Processo n° E-17/401.826/2011. **DATA**: 11/03/2013.

*INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 04 ao Contrato nº 224/2011. PAR-TES: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro -EMOP e a Projam Construções e Projetos Ltda - ME. OBJETO: For-malizar a prorrogação do prazo contratual e as modificação de quan-tidades da prestação de serviços de obras de reforma da cobertura nas Unidades Educacionais gerenciadas pelo 1º DEMAN, no Municí-pio de Itaperuna. FUNDAMENTO: Processo nº E-17/400.972/2011 DA-TA: 26/03/2013. *Omitidos no D.O. de 24/04/2013

ld: 1495631. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

A EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP torna sem efeito o **AVISO** referente à Licitação por **Concorrência - CO Nº 009/2013**, cujo objeto é a execução de obras de demolição / construção na **Maternidade de São Gonçalo e Clinica da Mãe**, localizada na Rodovia Amaral Peixoto, s/nº - Colubandê, no município de São Gonçalo, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 15 de maio de 2013 - Parte I - Página

ld: 1496698. A faturar por empenho

Secretaria de Estado de Segurança

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 03/SE-SEG/2011. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Segurança e a empresa GEOCONTROL LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e de vigência do objeto do contrato supra, por mais um período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 09/05/2013, bem como reduzir quantitativamente o objeto excluindo o valor de instalação de 104 (cento e quatro) terminais de bordo. PROCESSO Nº E-09/0008/0003/2010. ASSINADO EM: 07/05/2013

ld: 1496337

4ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO **AVISO**

A 4º COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA torna pública que fará realizar no portal SIGA a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, abaixo

Proc. nº E-09/008/237/2013 - PE nº 021/2013 - Licitação no sistema SIGA.

Prazo para recebimento das propostas: até 09h30min do dia 03.06.2013 no horário de Brasília.

Data e Hora para oferecimento de lances: 10:00 horas do dia 03.06.2013 no horário de Brasília.

Objeto: Aquisição de equipamentos permanentes para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Segurança, conforme o especificado no Anexo I (Termo de Referência) do Edital Licitatório.

O edital da referida licitação encontra-se disponível no ende trônico: www.compras.rj.gov.br. Dúvidas poderão ser dirimidas no horário de 10:00 às 16:00 horas, no prazo de 02 (dois)dias úteis anteriores a data da licitação, através do telefone tel/fax (21) 2334-9492/2334-9303.

Id: 1495940

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso assinado em 08/05/2013. PARTES: SESEG/PMERJ, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e Jéssica Ribeiro Cardoso.

OBJETO: Execução na SESEG/PMERJ de Estágio a estudantes sob

o regime da Lei nº 11.788/08. **PRAZO:** 19.05.13 a 18.09.13.

VALOR: O Estágio será Não Remunerado. FUNDAMENTO: Conforme a autorização no processo nº E-09/497/2588-2012.

ld: 1496183

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

EDITAL

DISPÕE SOBRE O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COM VISTAS À CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA EXERCER FUNÇÕES NA ÁREA ADMINISTRATIVA E DE SAÚDE E ATUAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMI-NISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁ-RIA, no uso das atribuições conferidas pela legislação em vigor, considerando a Lei nº 4.599/2005, alterada pela Lei nº 5.490/2009, tendo em vista as necessidades temporárias de caráter excepcional de si-

tuações, cuja ocorrência pode gerar prejuízo às pessoas, bens e serviços, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, com vistas à contratação temporária de pessoal para exercer funções nas áreas Administrativa e de Saúde e atuação no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária sob as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e eventuais Retificações.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e executado pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ segundo o calendário previsto no Cronograma apresentado no Anexo I.

- 1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à Contratação Temporária de Pessoal, por prazo determinado, e provimento de cargos de níveis superior, médio e fundamental nos termos do Decreto nº 44.002/2012 para exercer funções nas áreas Administrativa e de Saú-de e atuação no âmbito da Secretaria de Estado de Administração
- 1.3. A Estratégia do Processo Seletivo Simplificado será desenvolvida em etapa única, a saber:

Etapa Única: Avaliação de Títulos e Experiência Profissional de caráter Eliminatório e Classificatório para todos os cargos

1.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Cronograma.

ANEXO II - Nível, Cargos, a Qualificação Mínima, os Salários, o Nº de Vagas e a Carga Horária.

ANEXO III - Atribuições dos Cargos.

ANEXO IV - Formulário para Apresentação de Títulos.

2. DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 2.1. Considerando o Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e em cumprimento à Lei Estadual nº 2.298, de 08 de julho de 1994, com redação alterada pela Lei Estadual nº 2.482, de 14 de dezembro de 1995, fica reservado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, durante o prazo de validade do Concurso Público, conforme discriminado no Anexo
- 2.1.1. É considerada pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas especificações do Decreto Federal 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.
- 2.2. As pessoas com deficiência e sua eventual classificação não implicam o reconhecimento da deficiência declarada e a compatibilidade da deficiência com a atividade pertinente à vaga, a qual será determinada por meio de exame médico.
- 2.3. Para fazer jus à reserva de vaga de que trata o subitem 2.1, o candidato deverá declarar expressamente a sua deficiência no ato de inscrição e obrigatoriamente apresentar, para avaliação, laudo médico original (ou cópia autenticada), cuja validade não seja anterior em mais de 90 (noventa) dias à data do término das inscrições
- 2.3.1. Em atendimento ao art. 4º, incisos I, II, III, IV e V, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, do Laudo Médico deverá cons-
- a) a espécie da deficiência;
- b) o grau da deficiência;c) o nível da deficiência;
- d) o código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doencas - CID:
- e) a data de Expedição do Laudo;
- f) a assinatura e Carimbo com o nº do CRM do Médico que está emitindo o Laudo.
- 2.3.1.1. O Candidato que porventura apresentar laudo que NÃO contenha qualquer dos itens constantes nas alíneas "a","b","c","d","e" e "f", do subitem 2.3.1. passará a concorrer somente às vagas Regulares. 2.3.1.2. Somente os laudos de candidatos cuia deficiência for de ca-
- ráter permanente serão aceitos independentemente da data de validade constante do subitem 2.3. Para tal. o laudo deverá registrar a irreversibilidade da deficiência. **2.3.2.** O laudo médico deverá ser entregue na sede da CEPERJ, na Avenida Carlos Peixoto, n $^{\rm o}$ 54, Térreo - Botafogo - RJ, de $2^{\rm a}$ a $6^{\rm a}$
- feira, de 10h às 16h, no período previsto no Cronograma Anexo I do Edital, ou enviado via Sedex, postado até o último dia previsto no Cronograma, para a Coordenadoria de Planejamento da Diretoria de Concursos e Processos Seletivos da CEPERJ, à Avenida Carlos Peixoto, nº 54, sala 203 - Botafogo - RJ - CEP 22.290.090. 2.3.3. A pessoa com deficiência submeter-se-á à Avaliação a ser realizada por Junta Médica credenciada ou contratada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e se constitui em procedimento

posterior à homologação do resultado do Processo Seletivo Simplifi-

- cado e anterior à admissão do candidato. 2.3.4. O candidato que não for considerado pessoa com deficiência pela Junta Médica passará a concorrer somente às vagas Regulares.
- 2.3.5. O candidato cuja deficiência for considerada, pela Junta Médica, incompatível com as atribuições do cargo pretendido estará eliminado do certame
- 2.3.6. O candidato que não apresentar o Laudo Médico no período estabelecido no Cronograma - Anexo I, concorrerá apenas às vagas 2.4. O candidato inscrito para as vagas reservadas que porventura fir-

mar declaração falsa sobre a condição descrita no subitem 2.1 será

- eliminado do Processo Seletivo Simplificado. 2.5. A pessoa com deficiência participará do certame em igualdade de condições com os demais, no que se refere aos critérios de Avaliação de Títulos e Experiência Profissional, bem como ao horário, prazo e local de entrega de documentos.
- 2.6. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será realizada em 3 (três) listas. A primeira lista é geral, destinada à pontuação e classificação de todos os candidatos, incluindo os que se declararem pessoas com deficiência, negros ou índios no ato de inscrição. A segunda lista será destinada exclusivamente à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a pessoas com deficiência e sua classificação entre si. A terceira lista será destinada exclusivamente à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a negros e índios e sua classificação entre si.
- 2.6.1. A pessoa com deficiência que, na listagem geral com a pontuação de todos os candidatos, obtiver classificação dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência, será convocado para assumir essa vaga, independentemente de estar inscrito no concurso como pessoa com deficiência.
- 2.7. Não serão consideradas como deficiência as disfunções visual e auditiva passíveis de correção simples pelo uso de lentes ou aparelhos específicos, desde que não se enquadrem aos índices mínimos estabelecidos na Legislação pertinente.
- 2.8. As vagas reservadas nos termos deste item 2, que não forem ocupadas por falta de pessoas com deficiência, ou por eliminação destes no Processo Seletivo Simplificado ou no Exame Médico, serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem classificatória

3. DA RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS E ÍNDIOS

- 3.1. Considerando a Lei Estadual nº 6.067, de 25 de outubro de 2011. fica reservado a candidatos negros e índios o equivalente a 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste Processo Seletivo Simplificado para cada cargo, durante o prazo de validade da Seleção Pública, conforme discriminado no Anexo II.
- 3.1.1. Se o número de vagas oferecidas for igual ou inferior a 20 (vinte) o percentual da reserva de que trata o subitem 3.1. será de 10% (dez por cento).

- 3.1.2. Se a apuração do número de vagas reservadas a negros e índios resultar em número decimal igual ou maior do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior; se menor do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente inferior
- 3.2. É considerado negro ou índio o candidato que assim se declare no momento da inscrição
- 3.2.1. A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais deste edital, caso não opte pela reserva de vagas
- 3.2.2. Constatada a falsidade da declaração a que se refere o item 3.2., será o candidato eliminado do Processo Seletivo e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação de sua admissão ao serviço público após procedimento administrativo em que lhe seia assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções ca-
- 3.3. Os candidatos destinatários da reserva de vagas a negros e índios concorrerão à totalidade das vagas existentes.
- 3.4. A publicação do resultado final do Processo Seletivo, será realizada em 3 (três) listas. A primeira lista é geral, destinada à pontuação e classificação de todos os candidatos, incluindo os que se de-clararem pessoas com deficiência, negros ou índios no ato de inscrição. A segunda lista será destinada exclusivamente à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a pessoas com de-ficiência e sua classificação entre si. A terceira lista será destinada exclusivamente à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a negros e índios e sua classificação entre si.
- 3.5. O candidato às vagas reservadas para negro ou índio que, na listagem geral com a pontuação de todos os candidatos, obtiver classificação dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência, será convocado para assumir essa vaga, independentemente de estar inscrito no Processo Seletivo como negro ou índio.
- 3.5.1. Caso se verifique a situação descrita no item 3.5, assim como na ocorrência de desistência de vaga por candidato negro ou índio aprovado, a vaga reservada à qual este candidato faria jus deverá ser ocupada por outro candidato a vagas reservadas para negros e índios, respeitada rigorosamente a ordem da lista específica de classificação.
- 3.6. A contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será de acordo com a ordem de classificação geral no certame, mas a cada fração de 5 (cinco) candidatos, a quinta vaga fica destinada a candidato negro ou índio aprovado, de acordo com sua ordem de classificação na lista específica das vagas reservadas para negros e índios
- 3.7. Não havendo candidatos aprovados para preencher vagas incluídas na reserva para negros e índios, estas serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas neste Processo Seletivo, voltadas à ampla concorrência, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação

4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

- 4.1. Para a contratação o candidato deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
- a) Ter sido selecionado e convocado pela ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e em suas eventuais Retificações.
- b) Ter no mínimo 18 anos na data da contratação
- c) Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do art. 12, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 03/94, nos termos do Decreto nº 3.297/2001.
- d) Estar em dia com o serviço militar obrigatório se o candidato for do sexo masculino.
- e) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- f) Possuir a qualificação mínima exigida para a contratação, conforme discriminado no Anexo II deste Edital.
- g) Ter situação regularizada junto aos respectivos Conselhos Regionais, quando for o caso. Os candidatos, oriundos de outros Estados da Federação, deverão possuir habilitação para atuar profissionalmente no Estado do Rio de Janeiro.
- h) Possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B", atualizada, para os Motoristas.
- i) Não possuir antecedentes criminais.
- j) Ser considerado APTO em inspeção médica, com vistas à avaliação da aptidão física e mental para o cargo, a ser realizado por meio de serviços médicos credenciados ou contratados pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. k) Apresentar todos os documentos exigidos neste Edital.
- 4.2. Todos os requisitos especificados no subitem 4.1., alíneas "b" a "i", deverão ser comprovados por meio da apresentação de documento original juntamente com fotocópia, sendo eliminado do Processo Seletivo aquele que não apresentar.

5. DA INSCRIÇÃO

- 5.1. Antes de inscrever-se, o Candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos constantes deste Edital.
- 5.2. Ao inscrever-se o candidato deverá indicar o cargo para o qual concorre e optar pelo tipo de vaga (Regular, Pessoas com Deficiência e Negros/Índios).
- 5.3. A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, das instrucões específicas para exercer o cargo e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- **5.4.** Após o pagamento do boleto bancário, o candidato não poderá alterar o cargo. Havendo necessidade de alteração, o candidato deverá efetuar uma nova inscrição, sem a devolução do valor da taxa anteriormente paga.
- 5.4.1. Caso seja do interesse, o candidato poderá concorrer para mais de um cargo.
- 5.5. O valor da taxa de inscrição, por nível, encontra-se no quadro

Nível	Valor (R\$)
Superior	75,00 (setenta e cinco reais)
Médio	50,00 (cinquenta reais)
Fundamental	35.00 (trinta e cinco reais)

- 5.6. Não serão aceitas inscrições realizadas fora do período determinado.
- 5.7. O valor da taxa de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.
- 5.8. A Pessoa com Deficiência. Negro ou Índio guando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, deverá assinalar sua condição no campo apropriado a este fim. Obrigatoriamente deverá declarar se deseia concorrer às vagas reservadas à Pessoas com Deficiência ou às vagas reservadas a Negros/Índios.
- 5.8.1. Aquele que, no requerimento de inscrição, não declarar ser Pessoa com Deficiência, Negro ou Índio, concorrerá somente às vagas regulares.
- 5.9. O candidato poderá obter informações relativas ao Processo Seletivo Simplificado pelos telefones (21) 2334-7100/7132/7117 - Serviço de Atendimento ao Candidato ou pelo endereço eletrônico sac@ceperj.rj.gov.br
- 5.10. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado poderão ser

realizadas via Internet ou via Posto de Inscrição Presencial na CE-PERJ para todos os cargos.

- 5.11. Caso pretenda obter isenção do pagamento da taxa de inscricão, nos termos do dispositivo normativo expresso pelo art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989, o candidato deverá protocolizar requerimento na sede da CEPERJ, sito à Av. Carlos Peixoto, nº 54, Térreo, Setor de protocolo - Botafogo - RJ - CEP: 22.290-090 ou enviá-lo Via SEDEX para o endereço citado, no período previsto no Cronograma da Seleção Pública, constante do Anexo I deste Edital.
- 5.11.1. Os pedidos de isenção encaminhados Via SEDEX deverão ser postados até 3 (três) dias antes do término previsto para requerer a isenção constante no Cronograma - Anexo I. Os pedidos postados em desacordo com as orientações constantes neste item serão considerados indeferidos.
- **5.11.2**. Para pleitear a Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição, os candidatos deverão estar amparados pela Portaria FESP RJ $\rm n^o$ 8.291, de 11 de março de 2008 e pela Ordem de Serviço DRS/FESP RJ n $^{\rm o}$ 001, de 04 de abril de 2008, ou pelo § 3° do art.18 do Decreto Estadual N $^{\rm o}$ 43.876, de 08 de outubro de 2012.
- 5.11.3. O requerimento será dirigido à Diretoria de Concursos e Processos Seletivos da CEPERJ e incluirá a qualificação completa do requerente, a cópia do Requerimento de Inscrição no Concurso Público devidamente preenchido, os fundamentos do pedido de isenção, cópia do comprovante de residência, cópia de comprovante de renda do requerente ou de quem este dependa economicamente, declaração de dependência econômica firmada por quem provê o sustento do requerente (quando for o caso), declaração de renda do núcleo familiar, outros documentos eventualmente necessários à comprovação da alegada hipossuficiência de recursos e cópia do Comprovante de Inscrição do candidato no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- 5.11.3.1. O Requerimento de que trata o subitem anterior estará disponível a todos os candidatos interessados no site www.ceperj.rj.gov.br
- 5.11.3.2. Para efeito de solicitação de isenção de taxa de inscrição será considerado o prazo previsto no art. 2º, § 2º da Portaria FESP RJ nº 8.291, de 11 de março de 2008, que estabelece como prazo até 10 (dez) dias úteis antes do término da inscrição, que não será suspenso nem interrompido.
- 5.11.3.3. O candidato que pleitear a isenção da taxa de inscrição só poderá apresentar os títulos após a divulgação do Resultado da Avaliação dos Pedidos de Isenção.
- 5.11.4. O candidato deverá primeiramente efetuar sua inscrição, para posteriormente requerer a isenção pretendida
- 5.11.4.1. Os pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição deferidos de candidatos não inscritos serão automaticamente cance-
- 5.11.5. O candidato que pretender obter a isenção da taxa de inscrição ficará responsável, civil e criminalmente, pelas informações e documentos que apresentar.
- 5.11.6. Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:
- 5.11.6.1. Omitir informações ou torná-las inverídicas;
- 5.11.6.2. Fraudar e ou falsificar qualquer documento exigido;
- 5.11.6.3. Deixar de apresentar os documentos previstos no art. 3º da Ordem de Serviço DRS/FESP RJ nº 001, de 04 de abril de 2008 e no Decreto Estadual Nº 43.876 de 08 de outubro de 2012, § 3º do
- 5.11.6.4. Não observar o prazo estabelecido para requerimento da isenção da taxa de inscrição, previsto no cronograma - Anexo I.
- 5.11.7. Não será permitida a entrega de documentos ou a sua complementação em data posterior ao término do prazo previsto para requerer isenção.
- 5.11.8. Após o término do período de pedido de isenção, a CEPERJ providenciará no seu site www.ceperj.rj.gov.br e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro a publicação das isenções deferidas e in-
- 5.11.9. Em caso de indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, caso seja do interesse, o candidato poderá efetuar o reco-Ihimento da taxa de inscrição e concorrer normalmente ao cargo plei-

5.12. INSCRIÇÃO VIA INTERNET

- 5.12.1. Acessar o site www.ceperj.rj.gov.br, onde estarão disponíveis o Edital e seus Anexos, o Requerimento de Inscrição e o Boleto Ban-
- 5.12.2. Ler o Edital de Abertura para conhecimento das Normas Reguladoras da Seleção Pública. 5.12.3. Clicar no botão "SEAP" e inscrever-se para o cargo preten-
- dido, no período previsto no Cronograma Anexo I através de Requerimento específico disponível na página www.ceperj.rj.gov.br
- 5.12.4. A Pessoa com Deficiência, Negro e Índio deverá preencher o Requerimento de Inscrição, em conformidade com as orientações constantes dos itens 2 e 3 e subitens respectivamente e dos subitens 5.2., 5.8. e 5.8.1.
- 5.12.5. Imprimir o boleto bancário.
- 5.12.6. O pagamento deverá ser efetuado obrigatoriamente por meio de boleto bancário específico, emitido após a conclusão de preenchimento do Requerimento de Inscrição on-line, sendo este o único meio aceito para a efetivação da inscrição.
- 5.12.7. Efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, preferencialmente no Banco Bradesco, obrigatoriamente por meio do boleto bancário.
- 5.12.8. Não serão aceitos depósitos bancários ou qualquer tipo de transferência bancária a favor da CEPERJ como forma de pagamento da Taxa de Inscrição.
- 5.12.9. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado até a data do vencimento no boleto bancário.
- 5.12.10. A inscrição só será efetivada após a confirmação, pela instituição bancária, do pagamento do boleto bancário
- 5.12.11. Os candidatos devem procurar fazer as inscrições com antecedência, evitando sobrecarga dos mecanismos de inscrição nos últimos dias do prazo de inscrição.
- 5.12.12. A CEPERJ não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida, por qualquer motivo, seja de ordem técnica dos equipamentos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados por procedimento indevido dos usuários.
- 5.12.13. O candidato deverá certificar-se de que sua inscrição foi efetuada pela Internet depois de 06 (seis) dias úteis após o pagamento do boleto bancário.
- 5.12.14 As informações em relação ao Cronograma do Processo Seletivo estarão disponíveis no site www.ceperi.ri.gov.br. no ato da inscrição, e não eximem o candidato do dever de acompanhar, através do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, as publicações de todos os Atos e Editais referentes ao certame.
- 5.12.15. O candidato é responsável pelas informações prestadas no Requerimento de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento desse documento.
- **5.12.16.** O candidato deverá identificar claramente, no Requerimento

- de Inscrição, o nome do cargo para o qual vai concorrer, sendo de sua inteira responsabilidade o preenchimento correto.
- 5.12.17. A opção pelo cargo deverá ser efetivada no momento da inscrição, sendo vedada ao candidato qualquer alteração posterior ao pagamento da taxa de inscrição. Havendo necessidade de alteração, deverá efetuar uma nova inscrição, sem devolução do valor da taxa anteriormente paga.
- 5.12.18. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.
- 5.12.19. O candidato inscrito terá exclusiva responsabilidade pelas informações cadastrais fornecidas, sob as penas da Lei.

5.13. INSCRIÇÃO VIA POSTO DE INSCRIÇÃO PRESENCIAL

- 5.13.1. Para os candidatos que não tiverem possibilidade de acesso à internet será disponibilizado Posto de Inscrição, que funcionará na Sede da CEPERJ, sito à Avenida Carlos Peixoto, nº 54, Térreo - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ (de segunda-feira a sexta-feira, de 10h às 16h, exceto feriados), no período de inscrição constante do Cronograma - Anexo I.
- 5.13.2. O candidato deverá dirigir-se ao Posto, munido de documento oficial de identidade original e comprovante de residência.
- 5.13.3. Efetivada a inscrição, receber o comprovante e o Boleto Bancário para pagamento da taxa de inscrição.
- 5.13.4. Efetuar o pagamento da taxa de inscrição em gualquer agência bancária, preferencialmente no Banco BRADESCO, obrigatoriamente por meio do boleto bancário. 5.13.5. Não serão aceitos depósitos bancários ou qualquer tipo de
- transferência bancária a favor da CEPERJ como forma de pagamento da Taxa de Inscrição.
- 5.13.6. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado até a data do vencimento no boleto bancário. 5.13.7. A inscrição só será efetivada após a confirmação, pela ins-
- tituição bancária, do pagamento do boleto bancário. 5.13.8. Opcionalmente, o candidato poderá comparecer ao posto com
- o comprovante de pagamento para obter o Manual do Candidato 5.13.9. A inscrição presencial deverá ser efetuada pelo próprio candidato, entretanto em caso de impedimento, a inscrição poderá ser realizada através de Procurador, mediante entrega da respectiva procuração com firma reconhecida acompanhada de cópia de documento

de identidade do candidato e apresentação da identidade do Procu-

5.13.10. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do documento

5.14. EMISSÃO DE SEGUNDA VIA DO BOLETO BANCÁRIO

Caso o boleto impresso pelo candidato se extravie, é possível emitir uma segunda via. Para tal, o candidato deve seguir os seguintes pas-

- 5.14.1. Acessar o site www.ceperj.rj.gov.br.
- 5.14.2. Clicar no botão "SEAP"
- 5.14.3. Fazer o login com seu CPF (utilizado no preenchimento da ficha de inscrição) e senha.
- 5.14.4. Clicar na aba "INSCRIÇÕES" e no link "IMPRIMIR BOLETO".
- 5.14.5. Pagar o boleto em qualquer Agência Bancária, dando preferência às agências do Banco BRADESCO. 6. DOS TÍTULOS

- 6.1. Para fins de pontuação serão considerados, de acordo com o nível de escolaridade exigido para cada cargo, os seguintes Títulos
- a) Experiência em atividade afeta ao Sistema Penitenciário, compreendendo o exercício em entidades e órgãos de administração penitenciária:
- b) Experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo pretendido: c) Conclusão de Curso de Pós-Graduação, Lato Sensu, específico ao
- cargo a que concorre; d) Conclusão de Curso de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Nível de
- Mestrado, específico ao cargo a que concorre; e) Conclusão de Curso de Pós-Graduação. Stricto Sensu, em Nível de Doutorado, específico ao cargo a que concorre;
- f) Conclusão de Residência Médica em Instituição cujo programa esteja credenciado junto à Comissão Nacional de Residência Médica
- 7. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
- 7.1. A Avaliação de Títulos e da Experiência Profissional, valendo
- apenas os títulos conquistados após a conclusão do Curso exigido como pré-requisito para o cargo e anterior à data de apresentação dos documentos, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo V.
- 7.2. Para efeito de pontuação da experiência profissional, poderá ser apresentado mais de um título, observado o valor máximo para pontuação. 7.3. Os candidatos inscritos poderão entregar os títulos e os docu-
- mentos que comprovarão a experiência profissional, no período previsto no Cronograma - Anexo I deste Edital via Posto de Inscrição ou Via SEDEX.
- 7.3.1. O candidato que porventura se inscrever para mais de um cargo deverá acondicionar a titulação e os documentos comprobatórios de experiência profissional em envelopes separados.
- 7.3.2. O candidato que não atender o constante no item anterior não terá os títulos avaliados para um dos cargos. Neste caso, o cargo considerado ficará a critério da Banca.
- 7.4. Para a entrega de Títulos no Posto de Inscrição deverão ser adotados os seguintes procedimentos:
- 7.4.1. A apresentação dos títulos deverá ser realizada no Protocolo da na Avenida Carlos Peixoto, nº 54 - Térreo, Bota-Sede da CEPERJ, fogo, CEP 22.290-090, de segunda a sexta-feira, exceto feriados ou pontos facultativos, de 10 às 16 horas, no período previsto no Cronograma constante do Anexo I.
- 7.4.1.1. Eventualmente poderão ser indicados outros locais para a apresentação de Títulos. Neste caso, os endereços dos locais serão divulgados em Edital próprio
- 7.4.2. As folhas serão acondicionadas dentro de envelope tamanho ofício, identificado por formulário devidamente preenchido, assinado pelo candidato ou pelo Procurador e colado em sua parte externa, cujo modelo encontra-se no Anexo V deste Edital, disponível no site www.ceperj.rj.gov.br
- 7.4.2.1. O formulário de que trata o subitem anterior é específico, considerando o nível de escolaridade dos cargos, não podendo o candidato se utilizar de formulário identificado para cargo diferente do que concorre.
- 7.4.3. O candidato deverá rubricar todas as folhas a ser entregue, quantificar o número de folhas, registrar no envelope e entregar ao funcionário credenciado da CEPERJ, que procederá a conferência do número de folhas e expedirá o comprovante de recebimento.
- 7.4.4. A juntada das folhas/títulos poderá ser feita através de cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do respectivo original, para ser autenticada pelo funcionário no ato do recebimento.
- 7.4.5. O envelope deverá ser lacrado pelo funcionário da CEPERJ. após finalização do procedimento de entrega.
- 7.4.6. Não serão consideradas, em hipótese alguma, as folhas/títulos entregues fora do período previsto no Cronograma - Anexo I deste

- 7.4.7. Não serão aceitos folhas/títulos encaminhados via fax e/ou cor-
- 7.4.8. Não serão aceitos folhas/títulos emitidos via Internet.
- 7.4.9. A prestação de falsa declaração ou de declaração inexata importará em insubsistência da inscrição, nulidade da habilitação e perda dos direitos concorrentes.
- 7.5. Para a entrega de Títulos Via SEDEX deverão ser adotados os sequintes procedimentos:
- **7.5.1.** Os títulos deverão ser enviados para a Sede da CEPERJ, na Avenida Carlos Peixoto, nº 54 Térreo, Botafogo, CEP 22.290-090, no período previsto no Cronograma constante do Anexo I.
- 7.5.1.1. Os Títulos encaminhados via SEDEX só serão aceitos, se

postados até o último dia do período estabelecido no Cronograma -

- 7.5.2. As folhas serão acondicionadas dentro de envelope tamanho ofício, identificado por formulário devidamente preenchido, assinado pelo candidato ou pelo Procurador e colado em sua parte externa, cujo modelo encontra-se no Anexo V deste Edital, disponível no site
- 7.5.3. O candidato deverá rubricar todas as folhas, quantificar o número de folhas, registrar no formulário, lacrar o envelope e despachá-
- 7.5.4. A juntada das folhas/títulos deverá ser feita através de cópia autenticada em cartório.
- 7.6. Não serão consideradas, em hipótese alguma, as folhas/títulos entregues fora do período previsto no Cronograma - Anexo I deste
- 7.7. Não serão aceitos folhas/títulos encaminhados via fax e/ou correio
- 7.8. Não serão aceitos folhas/títulos emitidos via Internet.
- 7.9. A prestação de falsa declaração ou de declaração inexata importará em insubsistência da inscrição, nulidade da habilitação e perda
- 7.10. Os candidatos que não comparecerem para a apresentação de títulos ou não enviá-los no prazo determinado neste Edital, serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

8. DOS QUADROS PARA A ATRIBUIÇÃO DE PONTOS

8.1. Para todos os cargos de Nível Superior (exceto para os cargos da Área de Saúde com Residência

	Descrição do Título	Valor do Título
N1	Experiência em Atividade afeta ao Sistema Penitenciário.	0,5 (meio) ponto para cada 6 (seis) meses completos de experiên- cia - Máximo de 5 (cinco) anos
N2	Experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo preten- dido.	
N3	Certificado/Declaração de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, com carga horária mínima de 360h, na área específica ao cargo a que concorre.	
N4	Mestrado na área específica ao cargo a que concorre.	1,5 (um e meio) ponto
N5	Doutorado na área específica ao cargo a que concorre.	2,5 (dois e meio) pontos
	Total de Pontos	15 pontos

8.2. Para os cargos da Área de Saúde com Residência Médica:

[Descrição do Título	Valor do Título
	N1	Experiência em Atividade afeta ao Sistema Penitenciário.	0,5 (meio) ponto para cada 6 (seis) meses completos de
l			experiência - Máximo de 5 (cinco) anos

N2	Experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo pretendido.	0,5 (meio) ponto para cada 6 (seis) meses completos de
		experiência - Máximo de 5 (cinco) anos
N3	Certificado/Declaração de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, com	
	carga horária mínima de 360h, na área específica ao cargo a que con-	1,0 (um) ponto
	corre.	
N4	Mestrado na área específica ao cargo a que concorre.	1,5 (um e meio) ponto
N5	Doutorado na área específica ao cargo a que concorre.	2,5 (dois e meio) pontos
N6	Certificado/Declaração de Conclusão de Residência Médica	3,0 (três) pontos
	Total de Pontos	
		18 pontos

8.3. Para os Cargos de Nível Médio e Nível Fundamental

Descrição do Título	Valor do Título
Experiência em Atividade afeta ao Sistema Penitenciário.	0,5 (meio) ponto para cada 6 (seis) meses completos de experiência - Má-
	ximo de 5 (cinco) anos
Experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo pretendi-	0,5 (meio) ponto para cada 6 (seis) meses completos de experiência - Má-
do.	ximo de 5 (cinco) anos
Total de Pontos	10 pontos

9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍ-

- 9.1. Para a comprovação da conclusão de cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Doutorado ou de Mestrado será aceito o diploma registrado ou certidão de conclusão, acompanhada do histórico escolar, expedidos por instituição cujo curso seja reconhecido pela CAPES/MEC ou com validade no Brasil.
- 9.2. Para receber a pontuação relativa aos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização serão aceitos somente o certificado ou certidão expedidos por instituição reconhecida, no qual conste a carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme as normas do Conselho Nacional de Educação
- 9.2.1. Os diplomas de Doutorado e Mestrado expedidos por universidades estrangeiras deverão estar revalidados por universidades públicas, nos termos do artigo 48, § $$2^{\circ}$ e 3° da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/96), sob pena de não serem considerados para efeito de pontuação.
- 9.3. Compreende-se como experiência afeta ao Sistema Penitenciário aquela exercida em entidades e órgãos da administração penitenciá-
- 9.4. Os candidatos deverão comprovar a sua experiência profissional em atividade afeta ao Sistema Penitenciário e experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:
- a) Cópia de CTPS comprovando o exercício do cargo acompanhada da folha de rosto da CTPS e documento descritivo das atribuições do
- b) Certidão de Tempo de Serviço com o cargo exercido no Órgão ou na Instituição contratante, constando a descrição das atividades de-
- c) Cópia de contrato de prestação de serviços acompanhada das referidas renovações e o último contracheque;
- d) Atestado de Capacidade Técnica, Certidão ou Declaração de desempenho no cargo pretendido, expedida por órgão ou empresa, com indicação das atividades desempenhadas.
- 9.4.1. Os atestados de capacidade técnica, expedidos por instituições públicas ou privadas, devem ser assinados por representante devidamente autorizado da instituição contratante dos serviços, com firma reconhecida (quando não se tratar de órgão público), que comprove o tempo e a experiência apresentados. O atestado de capacidade técnica deverá trazer indicação clara e legível do cargo e nome do re-presentante da empresa que o assina, bem como referência, para eventual consulta, incluindo nome, número de telefone e endereço eletrônico do representante legal do contratante.
- 9.4.2. A declaração, expedida por instituição pública ou privada, deve ser assinada por representante devidamente autorizado da instituição, com firma reconhecida (quando não se tratar de órgão público), que comprove o tempo e a experiência apresentados. A declaração deverá trazer indicação clara e legível do cargo e nome do representante da empresa que o assina, bem como referência, para eventual consulta, incluindo nome, número de telefone e endereço eletrônico do representante legal do contratante.
- 9.4.3. Os atestados de capacidade técnica, as certidões e as declarações deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: razão social do emitente: identificação completa do profissional beneficiado; descrição do cargo exercido e principais atividades desenvolvidas; local e período (início e fim) de realização das atividades; assinatura e identificação do emitente (nome completo legível, cargo e
- 9.5. Não será computado, como experiência profissional, o tempo de
- 9.6. Para efeito de contagem de tempo de experiência, não serão contabilizados períodos concomitantes, sendo considerado, nesse caso, o documento que comprove o maior tempo de serviço.
- 9.7. A avaliação dos documentos será realizada por Banca Examinadora indicada pela CEPERJ.

10. DA RECONTAGEM DE PONTOS DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 10.1. Será concedido ao candidato o direito à recontagem de pontos, no prazo de 07 (sete) dias, a contar da publicação do resultado preliminar da avaliação de títulos e experiência profissional, de acordo com o Cronograma do Processo Seletivo Simplificado, exclusivamente para retificação de erro material. Para tal, o candidato deverá utilizarse do formulário que estará disponível no sítio eletrônico www.ceperi, ri, gov.br e dirigir-se à CEPERJ, situado à Avenida Carlos Peixoto. 54, no Setor de Protocolo - Térreo, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.
- 10.2. Durante o período de Recontagem de Pontos não será permitido proceder a juntada de novos documentos.

11. DO RESULTADO FINAL COM CLASSIFICAÇÃO

- 11.1. O Resultado Final, com Classificação, por Cargo será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e disponibilizado no site www.ceperj.rj.gov.br, sendo relacionados apenas os Candidatos apro-
- 11.2. Os candidatos aprovados serão classificados por cargo e tipo de vaga, de acordo com a ordem decrescente da nota final. consideran-

- do-se a soma dos pontos obtidos na Avaliação de Títulos e Experiência Profissional
- 11.3. A publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será realizado em 3 (três) listas. A primeira lista é geral, destinada à pontuação e classificação de todos os candidatos, incluindo os que se declararem pessoas com deficiência, negros ou índios no ato de inscrição. A segunda lista será destinada exclusivamente à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a pessoas com deficiência e sua classificação entre si. A terceira lista será destinada exclusivamente à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a negros e índios e sua classificação entre si.
- 11.4. Para todos os cargos na hipótese de igualdade na nota final dos aprovados, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que:
- 1º) possuir maior idade, dentre os candidatos idosos maiores de 60 (sessenta) anos, na forma do parágrafo único do art. 27 e do art. 1° da Lei n° 10.741/2003;
- 2º) obtiver maior número de pontos em experiência afeta ao Sistema Penitenciário
- 3°) possuir maior idade, dentre os candidatos com idade inferior a 60

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado é da competência da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.
- 12.2. O Processo Seletivo Simplificado será válido pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, contado após a divulgação do Resultado Final Classificatório, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, na forma do art. 37, III da Constituição Federal, por decisão da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- 12.3. O Candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, quando convocado, até o limite das vagas definidas no Anexo I será submetido à Inspeção de Saúde, de caráter eliminatório.
- 12.3.1. A Inspeção de Saúde de que trata o subitem anterior, será realizada de acordo com escala a ser divulgada, à época, pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.
- 12.3.2. O candidato convocado para a realização do exame médico deverá comparecer ao Departamento de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária no dia e hora determinados na correspondência de convocação, munido do Certificado/Diploma (pré-requisito para o cargo), Carteira de Identidade e
- 12.3.3. O candidato deverá comparecer à Inspeção de Saúde levando os seguintes Exames

a) Exames Médicos comuns a todos os cargos;

- 1. Oftalmologia: Acuidade Visual, Tonometria de Aplanação e Fundos-
- 2. Hemograma Completo: Ureia, Creatinina e Glicose

b) Exame Médico específico para determinados cargos:

- 1. Área de Saúde (níveis superior e médio) Comprovante de vacinação de Hepatite B e Tétano.
- 2. Técnico em Radiologia Contagem de Plaquetas. 3. Telefonista - Audiometria.
- 4. Motorista Eletroencefalograma.
- 12.4. O candidato aprovado no Exame Médico e convocado para con-
- tratação deverá comparecer à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária no prazo estabelecido munido dos originais e cópias dos documentos relacionados a seguir:
- c) Carteira de Identidade: d) CPF:
- e) Título de Eleitor, comprovando a quitação com a Justiça Eleitoral; f) PIS PASEP ou NIT:
- g) Certificado do Serviço Militar, quando for o caso;
- h) Comprovante de Naturalização, quando for o caso;
- i) Comprovante de Residência: j) Diploma ou Certificado da qualificação mínima exigida para o car-
- k) Certificado de Curso específico, reconhecido pelo MEC;
- I) Certificado de Residência Médica ou Título de Especialização, na
- especialidade a que concorre, para os médicos m) Título de Especialização para os demais cargos de Nível Superior,
- de acordo com a especialidade,
- n) Carteira do Conselho Regional de Classe, acompanhada do comprovante de quitação do pagamento da anuidade de 2013;
- 12.4.1. O candidato que não possuir comprovante da última votação deverá apresentar declaração expedida pelo TRE.
- 12.5. A aprovação na Seleção assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, ao exclusivo interesse e conveniência da administração, à rigorosa ordem de classificação e ao prazo de validade.
- 12.6. Os candidatos convocados dentro do número de vagas serão contratados em conformidade com o Decreto nº 44.002/2012, pelo prazo de até 2 (dois) anos, podendo o prazo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a critério da SEAP.
- 12.6.1. De acordo com as necessidades de serviço, o candidato poderá ser movimentado para Unidades Prisionais hospitalares e administrativas localizada em qualquer outra cidade onde a Secretaria de

- Estado de Administração Penitenciária atue ou venha a atuar.
- 12.7 Os contratos serão rescindidos automaticamente, se na vigência do contrato, houver preenchimento do mesmo cargo, por força da realização de Concurso Público de Provas e Títulos
- 12.8. A carga horária semanal de contratação corresponderá a 40h (quarenta horas) semanais, ressalvados os casos previstos em lei es-
- 12.9. Os candidatos convocados serão submetidos à investigação social, que ficará a cargo da Superintendência de Inteligência do Sistema Penitenciário - SISPEN.
- 12.10. É vedada a contratação de servidor ou empregado da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias ou controladas, ressalvados os casos autorizados por lei.
- 12.11. É vedada, ainda, a contratação de candidato que já tenha sido contratado pela SEAP, com base no Decreto nº 40.950/2007, e que não tenham decorridos 12 (doze) meses de rescisão do contrato, com base no disposto no art. 7°, inciso III da Lei nº 4.599/2005, do Estado
- 12.12. Os Candidatos classificados não habilitados na inspeção de saúde, ou que não tenham cumprido o determinado neste Edital, serão desclassificados.
- 12.12.1. Nesse caso, serão convocados os Candidatos aprovados e que não tenham obtido a classificação necessária, na mesma proporcão daqueles desclassificados, observando-se:
- a) os mesmos critérios previstos para a classificação;
- b) a apresentação e análise dos documentos; c) o resultado do Exame de Saúde
- 12.13. Os critérios enfocados no subitem 12.12.1 se repetirão tantas vezes quantas necessárias, até o preenchimento das vagas, ou o esgotamento dos Candidatos aprovados.
- 12.14. Todas as convocações, avisos e resultados pertinentes ao Processo Seletivo Simplificado serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e também disponibilizados no site da CE-PERJ: www.ceperj.rj.gov.br, ficando sob a responsabilidade do candidato habilitado acompanhar as publicações referentes ao Certame.
- 12.15. As convocações para a contratação são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e serão efetivadas através de correspondência registrada / telegrama
- 12.16. A contratação poderá ser realizada por um representante, através de procuração por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia autenticada do documento de identidade do representante, com firma reconhecida, bem como da documentação citada no subi-
- 12.17. A falta de qualquer dos documentos relacionados no subitem 12.4. impedirá o trâmite do Processo de Contratação.
- 12.18. O candidato que não atender à convocação na data, hora e local determinados estará automaticamente excluído do certame
- 12.19. Após o período de contratação, em caso de desistência ou desligamento do candidato, será convocado o candidato melhor classificado constante do Cadastro de Reserva.
- equipe do Processo Seletivo Simplificada será eliminado do certame.
- 12.21. A Coordenação do Processo Seletivo divulgará, sempre que necessário, normas complementares, listas de classificados e avisos oficiais sobre o Processo Seletivo Simplificado.
- 12.22. A prestação de declaração falsa ou inexata e/ou a não apresentação de qualquer documento exigido importará em insubsistência de inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, sem prejuízo das sanções aplicáveis à falsidade de declaração, ainda que o fato seja constatado posteriormente.
- 12.23. O Candidato é responsável pela atualização de endereço residencial durante a realização do Processo Seletivo junto a CEPERJ, e após a homologação, junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. A não atualização poderá gerar prejuízos ao candidato, sem nenhuma responsabilidade para a CEPERJ e para a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.
- 12.24. Decorridos 5 (cinco) anos da realização do Processo Seletivo Simplificado, serão incinerados todos os documentos e processos a ele relativos, independentemente de qualquer formalidade
- 12.25. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a CE-PERJ se reservam do direito de promover as correções que se fizerem necessárias, em qualquer fase da Seleção ou posterior à Selecão, em razão de atos ou fatos não previstos, respeitados os princípios que norteiam a Administração Pública.
- 12.26. Este edital estará à disposição na Internet através do site www.ceperj.rj.gov.br.
- 12.27. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, de todas as condições. normas e exigências constantes deste Edital, bem como os atos que forem expedidos sobre o Processo Seletivo Simplificado.
- 12.28. Os casos omissos serão resolvidos pela CEPERJ, iuntamente com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária



ANEXO I CRONOGRAMA

Atividades	Datas Previstas
	2013
Período de Inscrições	23/05 a 23/06
Pedido de isenção de taxa de inscrição	23/05 a 07/06
Pedido de isenção de taxa de inscrição - Via SEDEX	23/05 a 03/06
Entrega de Títulos e Experiência Profissional	27/05 a 28/06
Divulgação/publicação da Relação dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição Deferidos e Indeferidos	12/06
Apresentação de laudo médico (nara os candidatos às varas resenvadas aos Portadores de Deficiência)	Até 25/06

	17/07
Divulgação/publicação do Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos e Experiência Profissional	
	de 18/07 a 31/07
Pedidos de Recontagem de Pontos face ao Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos e Experiência Pro-	
fissional	
	09/08
Divulgação/publicação dos Pedidos de Recontagem de Pontos do Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos	
e Experiência Profissional e Resultado Final da Avaliação de Títulos e Experiência Profissional	
Divulgação/publicação do Resultado Final, com Classificação,	09/08
do Processo Seletivo Simplificado	

ANEXO II

NÍVEL, CARGOS, A QUALIFICAÇÃO MÍNIMA, OS SALÁRIOS, O NÚMERO DE VAGAS E A CARGA HORÁRIA.

ÁREA ADMINISTRATIVA

Nível	Cargos	Qualificação Minima	Salários	Vagas			C.H.
			R\$				
				R	D	N/I	
SUPERIOR	ARQUITETO				-		40h
		Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Arquitetura e Urbanismo + Registro no CAU	1.800,00	1			
	CONTADOR	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Ciências Contábeis + Registro no CRC		4	-	-	40h
			1.800,00				
	ENGENHEIRO	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Engenharia + Registro no CREA		4	-	-	40h
			1.800,00				

ÁREA DE SAÚDE

Nível	Cargos	Qualificação Mínima	Salários R\$	Vagas			C.H.
				R	D	N/I	
SUPERIOR	ASSISTENTE SOCIAL				5	9	24h
		Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Serviço social + Registro no CRESS	1.800,00	33			
	BIÓLOGO	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Biologia + Registro no CRBio		1	-	-	32h30
			1.800,00				
	ENFERMEIRO	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Enfermagem + Registro no COREN		31	4	8	32h30
			1.800,00				
	FISIOTERAPEUTA	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Fisioterapia + Registro no CREFITO		4	-	-	30h
			1.800,00				
	ODONTÓLOGO	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Odontologia + Registro no CRO		17	2	5	24h
			1.800,00				
	PSICÓLOGO	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Psicologia + Registro no CRP		24	3	6	24h
			1.800,00				

ÁREA ADMINISTRATIVA

Nível	Cargos	Qualificação Mínima	Salários	Vagas		C.H.
.41761	Jangus	addiniougho millina	R\$	vagas		J.11.
			·	R D	N/I	
MÉDIO	AGENTE ADMINISTRATIVO			24 4	7	40h
		Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio	1.200,00			
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			15 1	2	40h
	(Ênfase em Administração de Pessoal)	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio	1.200,00			
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		1.200,00	04 -	-	40h
	(Ênfase em Material e Patrimônio)	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio				
	AUXILIAR OPERACIONAL		1.200,00	1 -	-	40h
	(Ênfase em Telecomunicações)	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio				
	AUXILIAR OPERACIONAL		1.200,00	1 -	-	40h
	(Ênfase em Equipamento Odontológico)	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio				
	AUXILIAR OPERACIONAL	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio	1.200,00	10 2	1	40h
	(Ênfase em Administração)					
	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional	1.200,00	1 -	-	40h
	(web Master)					
	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional	1.200,00	1 -	-	40h
	(Análise e desenvolvimento)					
	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional	1.200,00	1 -	-	40h
	(Técnico em telefonia)					
	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional	1.200,00	3 -	-	40h
	(Técnico em manutenção em microcomputador e impressoras)					
	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional	1.200,00	2 -	-	40h
	(Monitoramento/rede/windows)					
	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional	1.200,00	2 -	-	40h
	(Monitoramento/rede/Linux)					

ÁREA DE SAÚDE

Nível	Cargos	Qualificação Mínima	Salários	Vagas			C.H.
			R\$				
				R	D	N/I	
MÉDIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE			10	1	1	32h30
		Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio	900,00				
	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional + Registro		16	2	2	32h
		no COREN	900,00				
	TÉCNICO EM	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Médio + Curso de Formação Profissional + Registro	900,00	4	-		24h
	RADIOLOGIA	no CRTR					

ÁREA ADMINISTRATIVA

Nível	Cargos	Qualificação Mínima	Salários R\$	Vagas			C.H.
			1.0	R	D	N/I	
FUNDAMENTAL	AUXILIAR DE PROTOCOLO			11	2	2	40h
		Certificado de Conclusão de curso de Ensino Fundamental	750,00				
	CONTÍNUO	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Fundamental		13	2	2	40h
			750,00				
	DIGITADOR	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Fundamental	750,00	8	1	1	40h
	MOTORISTA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Fundamental + CNH "B" Atualizada	750,00	8	1	1	40h
	SERVENTE	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Fundamental	750,00	2	-	-	40H
	TELEFONISTA	Certificado de Conclusão de curso de Ensino Fundamental	750,00	2	-	-	40H

ÁREA DE SAÚDE - MÉDICO

NÍVEL SUPERIOR							
Especialidade	Qualificação Mínima Salários Vagas R\$				C.H.		
			R	D	N/I		
Cardiologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	1	-	-	24H	
Clínico	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	12	1	2	24H	
Dermatologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	1	-	-	24H	
Endoscopista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	1	-	•	24H	
Ginecologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	4		-	24H	
Infectologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	1	-	-	24Н	
Neurologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	1	-	-	24Н	

Otorrinolarinlogista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe-					
	cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	1	-	-	24H
Ortopedista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe-					
	cialização na área + Registro no CRM	1.800,00	2	-	-	24H
Pneumologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe-		5	-	-	24H
	cialização na área + Registro no CRM	1.800,00				
Proctologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe-		1	-	-	24H
	cialização na área + Registro no CRM	1.800,00				
Psiquiatra			4	-	-	24H
	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe- cialização na área + Registro no CRM	1.800,00				
Radiologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe-		1	-	-	24H
	cialização na área + Registro no CRM	1.800,00				
Urologista	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Medicina + Espe-		1	-	-	24H
	cialização na área + Registro no CRM	1.800,00				

ANEXO III ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

NÍVEL SUPERIOR

ARQUITETO

- 1 Fiscalizar obras de edificação e de urbanização, executadas direta ou indiretamente pelo Estado, nos Presídios, fazendo cumprir os projetos específicos;
- 2 Coordenar, analisar e/ou executar projetos de instalações prediais, de redes de infraestrutura e trabalhos de desenhista projetista, para as Unidades Prisionais;
- 3 Orientar, quanto à instalação, higiene e segurança dos locais de trabalho, à conservação de prédios do Estado e a qualquer assunto de sua especialidade:
- 4 Proceder avaliação geral das condições requeridas para um obra, estudando o projeto e examinando o terreno disponível, determinando o local mais apropriado para a construção das Unidades Prisionais;
- 5 Elaborar projetos de construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão de obra necessários e calculando custos, relativos à Unidades Prisionais:
- 6 Preparar programas de trabalho, elaborando croquis e cronogramas, possibilitando a orientação e a fiscalização do desenvolvimento das obras:
- 7 Dirigir projetos, acompanhando sua execução, assegurando o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade e segurança recomendados, para Presídios em todo Estado do Rio de Janeiro; 8 - Emitir pareceres técnicos e elaborar mediações de vistoria para
- todas construções ou reformas de Unidades Prisionais no Estado do Rio de Janeiro;
- 9 Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como identificação funcional

ASSISTENTE SOCIAL

- 1 Zelar, no processo de trabalho, pela observância dos princípios éticos inscritos no Código de Ética profissional do serviço social; 2 - Buscar o constante aperfeiçoamento profissional através da capacitação continuada e a participação em cursos e eventos que ofere-
- cam subsídios para o aprimoramento do conhecimento; Compromissar-se com a sistematização técnica do trabalho produzido no cotidiano, visando contribuir para o conhecimento acerca do campo da execução penal:
- Referenciar-se na legislação em vigor, no que tange a preservação de valores humanos, inscritos num sistema democrático, que acentue a convivência respeitosa entre os diferentes segmentos de
- sujeitos no campo da execução penal; 5 - Orientar o processo de trabalho do servico social consoante às referências teórico-metodológicas que informam a profissão, visando a
- melhor qualidade na prestação de serviços a presos e familiares; 6 - Atuar em Unidade de Serviço Social no planejamento, organização e administração de programas e projetos levando-se em consideração
- a especificidade da unidade prisional; 7 - Conhecer e traçar alternativas, junto com a população presa e os
- egressos, quanto aos problemas sociais evidenciados; - Ampliar os canais de comunicação dos presos, internos e seus
- familiares com a administração penitenciária; 9 - Elaborar relatórios e emitir pareceres, se for o caso, em reque-
- rimentos e processos de interesse da população carcerária;
- 10 Orientar a população presa e seus dependentes quanto a direitos e deveres legais; 11 - Acompanhar o desenvolvimento das saídas para Visitas Periódi-
- cas à Família e familiares e para o trabalho externo; 12 - Prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e
- meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos; 13 - Exercer a supervisão pedagógica de estudantes de servico so-
- cial, zelando pela observância do processo de formação profissional a que se presta o estágio em serviço social; 14 - Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas por agen-
- tes religiosos;
- 15 Participar, na condição de atividade em parceria, de programas de cultura, lazer, saúde, educação, operacionalizados por técnicos destas áreas, nas unidades prisionais
- 16 Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- 17 Empenhar-se na construção de canais de comunicação, junto com outros sujeitos profissionais, no sentido de que a vida no cotidiano profissional objetive a preservar da humanidade funcionários, presos e familiares;
- 18 Estabelecer interlocução com instituições e pessoas da sociedade, visando estreitar articulações para a solidificação de uma rede interinstitucional, que apoie os serviços oferecidos a presos e familia-
- Integrar os conselhos de comunidade;
- 20 Participar dos movimentos sociais e organizações vinculados à área temática sócio-jurídica e à luta nela dos direitos de cidadania;
- 21 Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional como um dos mecanismos de garantia da participação dos usuários;
- 22 Representar a categoria dos assistentes sociais em eventos diversos, na perspectiva de dar visibilidade às ações profissionais, em suas dimensões ética, teórica e política
- 23 Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como identificação funcional.

BIÓLOGÓ

- 1 Supervisionar, orientar e realizar exames hematológicos, imunológicos microbiológicos e outros empregando aparelhos e reagentes apropriados, no atendimento ao apenado;
- 2 Interpretar, avaliar e liberar os resultados dos exames para fins de diagnóstico clínico: 3 - Verificar sistematicamente os aparelhos a serem utilizados nas
- análises, ajustando-os e calibrando-os, quando necessário, a fim de garantir eu perfeito funcionamento e a qualidade dos resultados; 4 - Controlar a qualidade dos produtos e reagente utilizados, bem co-
- mo dos resultados das análises.
- 5 Efetuar os registros necessários para controle dos exames realizados, nos apenados:
- 6 Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação:
- 7 Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação:
- 8 Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional:
- 9 Portar no interior das unidades obrigatoriamente o crachá como

CONTADOR

1 - Encaminhamento ao Tribunal de Contas da relação dos respon-

- sáveis por bens e valores, conforme previsto no art. 30, do Decreto nº 3148/80
- 2 Elaboração, de acordo com o Decreto nº 3148/80, e a Deliberação TCE-RJ nº 198/96, das prestações de contas dos ordenadores de despesa, agentes recebedores, tesoureiros ou pagadores, inclusive dos responsáveis por bens em almoxarifados e bens patrimoniais, observando os prazos de remessa à AGE, para o competente Certificado de Auditoria:
- 3 Coordenação e instrução, do ponto de vista técnico-contábil, das unidades administrativas, obedecidas as normas expedidas pela Contadoria Geral do Estado:
- Orientação, direção e sugestão de normas disciplinadoras das atividades relacionadas à adequação das tarefas inerentes contabilidade e ao controle interno:
- Manutenção dos documentos relativos aos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial à disposição das autoridades responsável pelo acompanhamento administrativo, assim como dos agentes de controle interno e externo, no exercício de suas funções institucionais:
- 6 Proposta de impugnação, mediante representação à autoridade competente de quaisquer atos referentes a despesas efetuadas sem a existência de créditos ou quando imputados à dotação imprópria, com denúncia imediata à CGE, e instauração de tomada de contas;
- 7 Observância às instruções baixadas pela CGE quanto à aplicação do Plano de Contas Único do Estado;
- 8 Acompanhamento dos procedimentos orçamentários, financeiros e patrimoniais, no SIAFEM, observando a correta classificação da despesa, da receita e respectivo evento, no empenhamento, na liquidação e no pagamento;
- 9 Análise, no SIAFEM, da despesa empenhada, liquidada e paga, para levantamento dos relatórios de Restos a Pagar Processados e Não Processados:
- 10 Apropriação da folha mensal de pessoal com os procedimentos necessários que possibilitem a emissão das PD's para os grupos indicados na folha, bem como para os consignatários;
- 11 Exame do processo de empenhamento relativamente à dispensa de licitação, à inexigibilidade ou à licitação propriamente ditas, nos termos na Lei nº 8666/93:
- 12 Exame do processo de liquidação que consiste no direito do credor tendo como base títulos e documentos fiscais comprobatórios do respectivo crédito, com indicação da origem e objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar
- 13 Registro, no SIAFEM, nos "Módulos de Contratos" e "Módulos de Convênios", desses atos e seus aditivos;
- 14 Registro, no SIGFIS, dos contratos, convênios, ajustes, acordos, etc. e seus aditivos;
- 15 Exame dos processos de concessão de adiantamento e respectivas prestações de contas, com proposta de aprovação ou impugnacão das contas, pela autoridade ordenadora de despesa:
- 16 Exame dos processos de prestação de contas anuais dos responsáveis por bens patrimoniais das diversas unidades prisionais e administrativas, com inspeção "in loco", e proposta de aprovação ou de instauração de tomada de contas;
- 17 Obediência às normas ditadas pela CGE, às ressalvadas da AGE e às determinações do TCE.

ENFERMEIRO

- 1 Gerenciar nas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos serviços das assistências de enfermagem aos servidores e internos:
- 2 Realizar consultoria, auditoria e emissão de parecer e executar e fazer cumprir as normas em vigor do código de deontologia de en-
- 3 Colocar seus servicos profissionais à disposição da Coordenação de Gestão em Saúde Penitenciária em caso de situações adversas (rebeliões, greve de fome, etc.) nas unidades prisionais;
- 4 Participar de estudos e pesquisas, oferecendo subsídios na elaboração de informes técnicos; 5 - Fazer cumprir escala de enfermagem, de acordo com as normas
- da instituição;
- 6 Promover e participar de reuniões para discutir assuntos de interesse da instituição:
- 7 Supervisionar o interior da unidade prisional, por meio de visitas neriódicas:
- 8 Participar da equipe multiprofissional de avaliação dos servidores em estágio probatório; 9 - Informar e notificar a Coordenação de Gestão em Saúde Penitenciária as ocorrências e atividades exercidas (relatórios e estatísti-
- cas mensais, etc.): 10 - Assessorar no aperfeicoamento técnico da equipe:
- 11 Fazer a distribuição de tarefas, de maneira a proporcionar aos pacientes (internos) uma adequada assistência;
- 12 Ler o livro de ocorrências, relatórios e anotações de enferma-
- 13 Supervisionar, orientar e avaliar a equipe de enfermagem nas ati-
- vidades diárias:
- 14 Promover e participar de reuniões para discutir assuntos de interesse da instituição:
- 15 Levantar dados estatísticos:
- 16 Promover educação continuada; 17 - Realizar consultas de enfermagem e/ou seguimento:
- 18 Acompanhar a tomada da dose mensal supervisionada para o
- tratamento da Hanseníase:
- 19 Acompanhar o tratamento supervisionado da Tuberculose; 20 - Controlar o registro de pacientes;
- 21 Fiscalizar a notificação dos casos e encaminhar as fichas ao far-22 - Promover grupos de informação dirigidos aos internos e aos contactantes intramuros em conjunto com o assistente social e o psicólogo, com o objetivo de diminuir o estigma e melhorar a adesão ao
- tratamento: 23 - Participar da equipe responsável pelo tratamento dos servidores
- 24 Participar ativamente das acões educativa e preventivas: 25 - Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como
- identificação funcional

ENGENHEIRO

- 1 Fiscalizar obras de edificação e de urbanização, executadas direta ou indiretamente pelo Estado, nos Presídios, fazendo cumprir os proietos específicos: 2 - Coordenar, analisar e/ou executar projetos de instalações prediais,
- de redes de infraestrutura e de cálculo estrutural, de topografia e trabalhos de desenhista projetista, para as Unidades Prisionais; 3 - Orientar, quanto à instalação, higiene e segurança dos locais de
- trabalho, à conservação de prédios do Estado e a qualquer assuntos de sua especialidade; 4 - Proceder avaliação geral das condições requeridas para um obra, estudando o projeto e examinando o terreno disponível determinando
- o local mais apropriado para a construção das Unidades Prisionais; 5 - Calcular os esforços e deformações previstas na obra projetada, apurando a natureza dos materiais a serem utilizados:

- 6 Elaborar projetos de construção, preparando plantas e especificações de obra, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessários e calculando custos, relativos à Unidades Prisionais;
- 7 Preparar programas de trabalho, elaborando croquis e cronogramas, possibilitando a orientação e a fiscalização do desenvolvimento
- 8 Dirigir projetos, acompanhando sua execução, assegurando o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade e segurança recomendados, para Presídios em todo Estado do Rio de Janeiro;
- 9- Efetuar serviços de engenharia legal, perícias e arbitramento, quando solicitado e exame técnico de processos relativos à execução de obras públicas; e 10- Emitir pareceres técnicos e elaborar medições de vistoria para to-
- das construções ou reformas de Unidades Prisionais no Estado do Rio de Janeiro, sendo essencial também, o conhecimento para elaboração de orçamentos, baseados no catálogo de referências da Empresa de Obras Publicas do Estado do Rio de Janeiro, para constru-. cão de Unidades Prisionais;
- 11 Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como identificação funcional.

FISIOTERAPEUTA

- Avaliar o estado de saúde de doentes e acidentados do Sistema Penitenciário, realizando testes musculares funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação de pesquisa de reflexos, provas de esforço e de atividades para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados;
- 2 Planeiar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoporoses, sequelas de acidentes vasculares cerebrais, de paralisia motora, e de nervos periféricos, miopatias e outros;
- 3 Atender a amputados preparando o coto e fazendo treinamento com prótese para possibilitar a movimentação ativa de independente
- 4 Ensinar aos pacientes exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções dos aparelhos respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios ginásticos especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;
- 5 Proceder ao relaxamento e aplicação de exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente para promover a descarga ou a liberação de agressividade e estimular a sociabilidade do apenado.
- 6 Efetuar aplicação de ondas curtas, ultra-som e infravermelho nos
- pacientes, conforme a enfermidade para aliviar ou terminar a dor; . 7 - Aplicar massagens terapêuticas utilizando fricção, compressão e movimentação com aparelhos adequados ou com as mãos:
- 8 Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de
- 9 Participar de atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; 10 - Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de
- pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação:
- 11 Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional:
- 12 Executar atribuições afins:

MÉDICO (Todas as Especialidades)

- 13 Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como identificação funcional.
- 1 Executar atividades que envolvam estudo para diagnóstico e tratamento de doenças;
- 2 Promover e assegurar o bem-estar físico, mental e social na área
- 3 Promover palestras visando a medidas de educação, prevenção e
- tratamento da saúde: 4 - Acompanhar os casos patológicos no âmbito da entidade administrativa encaminhando às emergências, e os casos mais graves aos setores públicos mais indicados:
- 5 Interagir com outros profissionais da área de saúde, visando à defesa, à preservação e à recuperação da saúde;
- 6 Coordenar, orientar, executar em caráter especializado ou sob su-pervisão superior, diagnóstico, tratamento de doenças, visando à defesa, preservação e à recuperação da saúde;
- 7 Executar programas destinados à preservação da saúde dos servidores e apenados;
- 8 Proceder a levantamentos e pesquisas com a finalidade de aperfeiçoar os serviços de saúde e o atendimento aos presos oriundos das delegacias, Rede Pública do Estado e Municípios, bem como todas as suas unidades prisionais com seus respectivos ambulatórios e
- unidades hospitalares, de acordo com suas patologias; 9 Orientar, no âmbito de sua competência, acerca de materiais e utilização adequada de ambientes onde se dará o seu exercício profissional:
- 10 Zelar pelo patrimônio sob a sua guarda direta:
- 11 -Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como identificação funcional

ODONTÓLOGO

- 1 Executar atividades que envolvam criatividade, planejamento, supervisão, no estudo para diagnóstico e tratamento de patologias odontológicas:
- 2 Promover e assegurar o bem-estar físico, mental e social na área da saúde;
- 3 Promover palestras visando medidas educacionais, prevenção e tratamento da saúde buço-dento-maxilo-facial; 4 - Acompanhar os casos patológicos no âmbito da entidade admi-
- nistrativa, encaminhando se for o caso, às emergências, e os casos mais graves para os setores públicos mais indicados. 5 - Interagir com outros profissionais na área da saúde, visando à de-
- fesa, à preservação e à recuperação da saúde buço-dento-maxilo-fa-6 - Orientar, executar em caráter especializado ou sob supervisão su-
- perior, diagnóstico, tratamento de doenças, visando à defesa, preservação e recuperação da saúde na área odontológica, abrangendo, inclusive áreas especializadas e perícias; 7 - Executar programas destinados a preservação da saúde dos ser-
- vidores e apenados; 8 - Proceder a levantamentos específicos na área odontológica, com
- finalidade de aperfeiçoar os serviços de saúde e atendimento aos apenados: 9 - Orientar no âmbito de sua competência acerca de materiais e uti-
- lização adequadas de instalações e ambientes onde se dará seu exercício profissional: 10 - Zelar pelo patrimônio sob sua guarda direta:
- 11 Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como identificação funcional.



PSICÓLOGO

- 1 Atuar em consonância com a Ética Profissional, que preconiza o respeito à dignidade e integridade do ser humano, a análise crítica da realidade política e social, a colaboração na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos
- 2 Refletir sobre as potencialidades do ser humano, inserido num contexto social, familiar e institucional, não se propondo a realizar uma análise isolada ou a estigmatizar e definir padrões de comportamento. Considerar a relação dos internos com a sociedade, suas necessidades e possibilidades de inserção sócio-comunitária, através de uma escuta diferenciada e própria;
- 3 Participar o processo de recepção realizando entrevista inicial a fim de imprimir um caráter humanizado à sua entrada no sistema;
- 4 Realizar acompanhamento psicológico individual e/ou em grupo durante o período de cumprimento de pena, possibilitando a reflexão e discussão sobre temas pertinentes à fase vivida, promovendo o
- crescimento pessoal e grupal; 5 Prestar assistência psicológica à família, através do atendimento familiar e/ou da formação de grupos de família, visando fornecer suporte e buscar ações mais abrangentes que promovam a melhoria das relações entre o interno e seus familiares, o fortalecimento dos vínculos afetivos e a reintegração daquele que esteja afastado do seu meio sócio-familiar;
- 6 Realizar pareceres psicológicos e participar junto à equipe multidisciplinar, da Comissão Técnica de Classificação - CTC, para fins de acompanhamento, encaminhamento e elaboração de instrumentos que forneçam elementos ao processo de execução penal. Manter contatos interdisciplinares que enriqueçam a sua prática; 7 - Participar de grupo ou de Centro de Estudos levantando temas
- pertinentes a atuação do psicólogo e temas de interesse geral ao desenvolvimento da execução penal; 8 - Participar de atividades de capacitação profissional através de cur-
- sos que visem ao aprimoramento teórico e prático; 9 - Planejar, desenvolver, executar e avaliar projetos e pesquisas re-lacionadas às possibilidades de ação da psicologia no universo car-
- cerário, de forma a subsidiar ações profissionais e políticas públicas; 10 Zelar pelo patrimônio sob sua guarda direta; 11 Portar no interior das unidades, obrigatoriamente, o crachá como identificação funcional.

NÍVEL MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO

- 1 Executar atividades de mediana complexidade, de natureza pouco repetitiva, abrangendo estudos e pesquisas preliminares;
- 2 Planejar em grau auxiliar e execução qualificada, com autonomia, ou sob supervisão e orientação diretas de trabalhos administrativos que envolvam a aplicação de técnicas de pessoal, material, orçamento, pagamento, cadastro arquivo, organização e métodos, bem como a implantação de leis, regulamentos ou normas referentes à administração geral e específica;
- 3 Atender ao público, fornecendo e recebendo informações;
 4 Encaminhar processos emitidos, despachos e informações;
- 5 Elaborar relatórios e planilhas;
- 6 Executar servicos gerais de escritório:
- Executar outras tarefas correlatas conforme necessidade ou a cri-
- tério superior; 8 Elaboração de minutas de ofícios e órgãos estaduais, minutas de informações ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria Geral do Estado: 9 - Conhecimento da tramitação de ações judiciais;
- 10 Conhecimento básico de Direito Processual Civil, Direito Administrativo, Direito Constitucional; Direito Penal; e Direito Processual

AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE

- 1 Execução de serviços administrativos de mediana complexidade em unidade de saúde;
- 2 Catalogar em pastas documentos, processos, fichas e quaisquer papéis a serem arquivados em uma organização técnica e racional;
- 3 Preencher fichas e formulários;
- 4 Efetuar buscas de documentos, processos e fichas; 5 - Organizar e manter organização todo o cadastro referente à uni-
- dade de saúde;
- 6 Fornecer, quando solicitado, dados estatísticos.

 AUXILIAR DE ENFERMAGEM

- 1 Cumprir as normas em vigor do código de deontologia de enfer-
- magem;
 2 Colocar-se à disposição da Coordenação de Gestão em Saúde Penitenciária em caso de situações adversas (rebeliões, greve de fome, etc.) nas unidades prisionais; 3 - Cumprir escala de enfermagem, de acordo com as normas da ins-
- tituição; 4 Participar de reuniões para discutir assuntos de interesses da ins-
- 5 Proporcionar aos pacientes (internos) uma adequada assistência; 6 - Ler o livro de ocorrências, relatório e anotações de enfermagem;
- Controlar o registro de pacientes;
- 8 Participar ativamente das ações educativas e preventivas: 9 - Administrar (observando validade e aspecto das medicações) e su-
- pervisionar quando indicado a tomada diária de medicação;
- 10 Registrar os atendimentos nos livros e formulários apropriados; 11 - Auxiliar no atendimento de rotina e na organização do serviço;
- 12 Participar ativamente das ações educativas e preventivas;
 13 Coletar material para exames laboratoriais;
- 14 Participar de campanhas de imunização
 AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

I - Ênfase em Administração de Pessoal

- 1 Elaborar minutas de ofícios e informações a Juízes e demais au-
- 2 Controle e registro mensal da contribuição individual dos servidores à Previdência Social através dos programas SEFIP-GFIP e Copectividade Social na transmissão de dados ao INSS
- Confecção de editais, classificação dos candidatos em concurso público, controle dos candidatos dos diversos concursos públicos realizados nesta Secretaria e atos de investidura e posse em cargo pú-
- 4 Cadastro de Pessoal, confecção de documento funcional da Secretaria e preparo de gabaritos para publicação na Imprensa Oficial; 5 - Lavratura de apostilas e fixação de proventos de servidores inativos:
- 6 Registro e comando de pagamento de pessoal, encerramento de folha de pagamento, instrução processual para a dívida ativa, impacto financeiro, registro para desconto por prisão, suspensão, demissão ou exoneração e registros de pagamentos referentes à nomeações, férias e auxílio doença: 7 - Executar trabalhos rotineiros ou tarefas correlatas, conforme ne-
- cessidade ou a critério de seu superior;
- 8 Exercer atividades de mediana complexidade, de natureza pouco repetitiva, planejamento em grau auxiliar e execução qualificada, sob supervisão e orientação diretas de trabalhos administrativos que envolvam a aplicação de técnicas de pessoal, material, orçamento, or-

ganização e métodos, bem como normas referentes à administração geral e específica

II - Ênfase em Material e Patrimônio

- Executar trabalhos referentes a conservação e controle do material e patrimônio;
- 2 Controlar o consumo do material ao seu dispor;
- 3 Analisar o rendimento do material em uso propondo soluções para sua utilização:
- 4 Fazer o controle do patrimônio de acordo com as normas e le-
- gislações pertinentes ao Serviço Público Estadual; 5 Executar trabalhos rotineiros ou tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior;
- 6 Proteger instalações e fazer a manutenção em equipamentos e
- 7 Exercer atividades de mediana complexidade, de natureza pouco repetitiva, planeiamento em grau auxiliar e execução qualificada, sob supervisão e orientação diretas de trabalhos administrativos que envolvam a aplicação de normas referentes à administração geral e es-
- 8 Executar trabalhos de almoxarifados, controlando estoque e pedidos de material

AUXILIAR OPERACIONAL

- Ênfase em Telecomunicações
- 1 Executar trabalhos relativos a operação de aparelhos de teleco-
- 2 Proceder a manutenção e pequenos reparos nos aparelhos transmissores;
- 3 Executar atividades relacionadas com a confecção, montagem, recuperação e manutenção de máquinas, motores, aparelhos e instru-
- 4 Executar trabalhos rotineiros ou tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior;
- 5 Executar atividades relacionadas com a montagem, recuperação e manutenção de motores, máquinas, instalações e materiais elétricos, inclusive aparelhos telefônicos;
- 6 Executar atividades relacionadas com a instalação, manutenção e reparação de tubulações e canalizações em geral;
- Executar atividades relacionadas com obras e reparos
- II Ênfase em Equipamento Odontológico 1 Executar reparos de emergência e de pequena monta em cadeiras de uso odontológico visando a conservação do equipo;
- 2 Desmontar, reparar, montar, ajustar e testar o equipamento odontológico tais como cadeiras, compressores e demais aparelhos utiliza-
- dos; 3 Zelar pelo patrimônio, realizando inspeções nas dependências da sua instituição, atentando para eventuais anormalidades
- 4 Operar, manter e controlar o funcionamento de máquina, motores e aparelhos;
- Requisitar material necessário para a execução do serviço;
- 6 Executar atividades relacionadas com a confecção, montagem, recuperação e manutenção de máquinas, motores, aparelhos e instru-
- mentos relacionados à área de atuação. III Ênfase em Administração
- Realizar tarefas administrativas e rotinas de escritório com o obietivo de atender às necessidades específicas das diversas divisões da Secretaria:
- 2 Executar atividades de mediana complexidade de natureza pouco repetitiva abrangendo estudos e pesquisas preliminares
- Análise e estudos de processos administrativos, de mediana complexidade com encaminhamentos e despachos; 4 - Operar equipamentos de fotocópias, fax e impressoras;
- 5 Conhecimento básico de computação em nível de usuário (Windows, Word, Excel e Internet);
- 6 Manter os arquivos da divisão atualizados e organizados;
- 7 Preparar, conferir e enviar requisições diversas; 8 Realizar atividades específicas da divisão em que está alocado; 9 - Realizar outras atividades correlatas à função de acordo com as

determinações de seu superior TÉCNICO DE INFORMÁTICA

I - Web Master (Dois) anos de experiência de Webmaster

Mysql

Apache Corel Draw

HTML Dreamwearver 8

Webstandards **Tableless**

CSS e Acessibilidade

Photoshop Firework 8

Administração de Internet/Intranet

II - Análise e Desenvolvimento Linguagem de Programação DELPH, Visual Basic e JAVA utilizando

as ferramentas DELPH 7 e DELPH 2007; Bancos de Dados FIREBIRD, POSTGRES

UML (Análise Essencial) com utilização de ferramentas Rational Rose

III - Técnico em Telefonia

Manutenção Preventiva e Corretiva de rede de telefonia; Instalação e Implementação de rede de telefonia e interfonia;

Planejamento e reestruturação de Rede; Linhas Privadas:

Links de dados; Canais de voz em geral;

Reparos em aparelhos telefônicos: Manutenção em centrais PABX.

IV - Técnico em Manutenção em Micro Computadores e Impressoras Redes Locais

1 - Manutenção;2 - Cabeamento Estruturado;

Manutenção de Micro computadores:

Manutenção em Circuito Fechado de Imagens (CFTV)

Manutenção e Restauração de Impressoras

Manutenção em plaças e arquitetura de hardware: Manutenção e Instalação de Sistemas Operacionais (WINDOWS E

LINUX):

Reestruturação de Rede; Pacote Office 2003/2007 ou OpenOffice. V - Monitoramento/Rede/Windows

Formação Plena de Administrador de Sistemas e Redes: Plataforma Windows 98, 2000, 7, 8, XP, Server; Certificações MCSA ambiente 2003 Server;

Inglês Técnico: Rede:

Internet TCP/IP e HTML

Active Directory - GPO-DNS-DHCP-Domínio-WSUS-USA SERVER 2004-Otimização de Redes:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

VI - Monitoramento/Rede/Linux

Administrador de Redes GNU/LINUX com conhecimento nos seguintes serviços:

- Firewall em GNU/LINUX com iptables;
- Proxy Squid-Cache;
- DNS com Jauling;
- DHCP:
- SAMBA
- WEB SERVER APACHE;
- Servidor de e-mail POSTFIX;
- 8 Nagios; 9 - SSH.
- Desenvolvedor Java

Inglês Técnico

Formação Técnica em Informática ou Faculdade na área Conhecimento em SHELL SCRIPT Avancado

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

- 1 Executar exames radiológicos, posicionando adequadamente o paciente e acionando o aparelho de raios X, para atender a requisições 2 - Selecionar os filmes a serem utilizado, atendendo ao tipo de ra-
- diografia requisitada pelo médico, para facilitar a execução do trabalho, colocar os filmes no chassi, posicionando-os e fixando letras e números radiopacos no filme, para bater as chapas radiológicas 3 - Preparar o paciente, fazendo-o vestir roupas adequadas e livrando-se de qualquer joia ou objetos de meta, para assegurar a validade do exame; coloca o paciente nas posições corretas, medindo as dis-
- tâncias para localização da área a ser radiografada, para obter chapas mais nítidas 4 - Acionar o aparelho de raios X, observando as instruções de fun-
- cionamento, para provocar a descarga radiográfica; 5 - Encaminhar o chassi com o filme à câmara escura, utilizando passa-chassi ou outro meio, para ser feita a revelação do filme;
- 6 Registrar o número de radiografias realizadas, discriminando tipos, regiões e requisitantes, para possibilitar a elaboração do boletim es-
- 7 Controlar o estoque de filmes, contraste e outros materiais e o uso no setor, verificando e registrando gastos, para assegurar a continuidade dos serviços, manter a ordem e a higiene no ambiente de trabalho, seguindo normas e instruções, para evitar acidentes;
- 8 Operar máquinas reveladoras automáticas para revelação, fixação e secagem de chapas radiográficas
- 9 Executar outras tarefas afins.

NÍVEL FUNDAMENTAL

AUXILIAR DE PROTOCOLO 1 - Receber toda documentação tais como processos, ofícios e cor-

- respondências 2 - Catalogar, registrar a autuar todo expediente recebido com essa
- 3 Registrar e encaminhar, conforme despachos, de forma informatizada todo expediente recebido pelo órgão;
- 4 Expedir guias de remessa e fornecer dados estatísticos sobre a documentação tramitada:
- 5- Arquivar toda documentação tais como processos, ofícios e correspondências, quando houver determinação para tal fim. CONTÍNUO

1 - Arrumar as dependências onde funciona o órgão em que está lo-

- tado, percorrer as dependências do órgão onde está lotado, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos; 2 - Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada
- bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter em ordem; 3 - Apanhar materiais de escritórios, quando for solicitado;
- 4 Executar serviços de entrega em geral e transportar documentos e materiais internamente para outro órgão e entidades; 5- Operar quando requisitado, máquina copiadora;
- DIGITADOR - Digitar todo o expediente que lhe for apresentado para esse fim, formatando e tabulando cada documento de acordo com as normas

6- Exercitar outras atribuições afins

estipuladas pela Imprensa Oficial;

- 2 Exercer atividade de natureza repetitiva e de execução qualificada. exercida sob supervisão, consistindo em digitar os dados a serem processados pelos diversos sistemas;
- 3 Zelar pelo material sob sua responsabilidade;
- 4 Observar medidas de segurança contra acidente de trabalho;
 5 Executar outras tarefas correlatas e usuais;
- Preparar/organizar a documentação a ser digitada; Verificar a precisão da digitação;
- 8 Manter controle dos dados enquanto permanecerem na seção de digitação; 9 - Verificar todo o serviço antes de liberá-lo para outra seção;
- Definir rotas e itinerários;
- 2 Dirigir e manobrar veículos de transporte de pessoas, cargas, documentos e obietos: 3 - Providenciar a reparação e recuperação das viaturas;
- Especificar os serviços de manutenção preventiva; 5 - Controlar as ferramentas e equipamentos em uso;
- 6 Prestar informações sobre a utilização do veículo, bem como conferir e observar seu funcionamento;
- 7 Respeitar a legislação, normas e recomendações de direção defensiva;
- 8 Controlar o consumo de combustível, quilometragem e lubrificação, visando a manutenção adequada do veículo;
- 11 Preencher Boletim Diário de Transporte e formulários com dados

9 - Zelar pela conservação e limpeza do veículo:

- relativos à quilometragem, trajetos, horário de saída e chegada: 12 - Realizar viagens a serviço do Órgão. 13 - Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação dos veículos, bem como prazos ou qui-
- lometragens de distâncias percorridas para as revisões 14 - Participar de programas de treinamento quando convocado
- SERVENTE
- 1 Manter limpas as instalações da copa; 2 - Preparar e servir café:
- 3 Mudar água de filtro e transportar pequenas encomendas e transmitir recados; 4 - Atender telefonemas destinados ao servico:
- 5 Lavar, enxugar e esterilizar pratos, talheres e copos; 6 - Executar outras tarefas semelhantes.

TELEFONISTA

Atividades de natureza repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos de ligação telefônica e de transmissão e recebimentos de mensagens telefônicas.

ANEXO V MODELO DE FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS NÍVEL SUPERIOR - Área de Saúde com Residência Médica

(deverá ser colado no envelope com os títulos)

Nome: Inscrição Endereço Bairro: Telefone: Estado: CEP: Município Cargo: Nº de Folhas Entregues: Rubrica CEPERJ Rubrica do Candidato

Em, / / 2013. Avaliador: Revisor:

OBSERVAÇÃO: Documento em cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do respectivo original, para ser autenticada pelo funcionário.

RESERVADO	À	OFDED
RESERVANO	Δ	CFPFR.

N1	N2	N3	N4	N5	N6	Total	
Legenda:							
N1	Experiência em Atividade afeta ao Sistema	Penitenciário.					
N2	N2 Experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo pretendido.						
N3	N3 Certificado/Declaração de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, com carga horária mínima de 360h, na área específica ao cargo a que concorre.						
N4	Mestrado na área específica ao cargo a que concorre.						
N5	Doutorado na área específica ao cargo a que concorre.						
N6	N6 Certificado/Declaração de Conclusão de Residência Médica						

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
ANEXO V

MODELO DE FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS
NÍVEL SUPERIOR - Exceto para os Cargos da Área de Saúde com Residência Médica
(deverá ser colado no envelope com os títulos).

(44-14-14-14-14-14-14-14-14-14-14-14-14-1					
Nome:		In	scrição:		
Endereço:					
Bairro:		Telefone:			
Município:		CEP:			
Cargo:		N° de Folhas Ent	tregues:		
Rubrica do Candidato:		Rubrica CEPERJ	:		

OBSERVAÇÃO: Documento em cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do respectivo original, para ser autenticada pelo funcionário. RESERVADO À CEPERJ

N1	1 N2 N3 N4 N5 Total		Total				
Legenda:	.egenda:						
N1	N1 Experiência em Atividade afeta ao Sistema Penitenciário.						
N2	N2 Experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo pretendido.						
N3	N3 Certificado/Declaração de Conclusão de Curso de Pós-Graduação, com carga horária mínima de 360h, na área específica ao cargo a que concorre.						
N4	N4 Mestrado na área específica ao cargo a que concorre.						
N5	N5 Doutorado na área específica ao cargo a que concorre.						
Em, / / 2013. Avaliador: Revisor:	Avaliador:						

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ANEXO V MODELO DE FORMULÁRIO PARA ENTREGA DE TÍTULOS NÍVEL MÉDIO e FUNDAMENTAL

(deverá ser colado no envelope com os títulos)

Nome:		Inscrição:
Endereço:		
Bairro:		Telefone:
Município:	Estado:	CEP:
Cargo:		Ênfase:
Rubrica do Candidato:		Nº de Folhas Entregues:
		Rubrica CEPERJ:

OBSERVAÇÃO: Documento em cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do respectivo original, para ser autenticada pelo funcionário.

RESERVADO À CEPERJ

	N1 N2 Total					
Legenda:						
N1	N1 Experiência em Atividade afeta ao Sistema Penitenciário.					
N2	N2 Experiência no desempenho das atribuições típicas do cargo pretendido.					

Em, / / 2013 Avaliador: Revisor:

ld: 1496267

Secretaria de Estado de Saúde

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna públicas as seguintes

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2013, PARA FINS DE REGISTRO

DE PREGOS

DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de medicamento (GOSSERRELINA), na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).

PROCESSO Nº E-08/4466/2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/06/2013, às 10:00 horas.

ETAPA DE LANCES: 03/06/2013, às 10:30 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2013, PARA FINS DE REGISTRO

PREGAO ELETRONICO Nº 103/2013, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS OBJETO: Aquisição de medicamento (MESALAZINA), na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).

PROCESSO Nº E-08/5271/2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/06/2013, às 11:00 horas.

ETAPA DE LANCES: 03/06/2013, às 11:30 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2013, PARA FINS DE REGISTRO

OBJETO: Aguisição de material (KIT MONITORIZAÇÃO INVASIVA).

na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).
PROCESSO Nº E-08/4354/2012.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/06/2013, às 10:00 horas.

ETAPA DE LANCES: 03/06/2013, às 10:30 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2013, PARA FINS DE REGISTRO

DE PREÇOS
OBJETO: Aquisição de material de consumo hospitalar (CÂNULA TRAQUEOSTÓMIA E OUTROS), na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).
PROCESSO Nº E-08/8618/2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/06/2013, às 10:00 horas. ETAPA DE LANCES: 03/06/2013, às 10:30 horas.

Os editais encontram-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br e www.saude.rj.gov.br. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Comissão de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua México, nº 128 - 6º andar, sala 612 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, de 2º a 6º feira, das 10:00 às 16:00 h, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

Secretaria de Estado de Defesa Civil

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ATIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2012.

FUNDAMENTO: Processo nº E-27/128/32/2013.

PARTES: Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a empresa DBS-3

OMERCIAL CIENTÍFICA LTDA.

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir de 15/05/2013.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.585,00 (doze mil quinhentos e oitenta

e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/05/2013.

ld: 1496330

Secretaria de Estado de Educação

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato SEEDUC nº 36/2013.

DATA DA ASSINATURA: 16/05/2013.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Educação e a empresa CUIDAR EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA-EPP.

VALOR: R\$ 6.001.917,02.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza de prédio, mobiliário e equipamentos escolares (Diretoria Regional Centro Sul - Lote 02), visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão de obra, saneantes domisanitários, materiais e equipamentos, em locais determinados na relação de endereços, conforme específicações técnicas, planilhas e tabelas de locais da Secretaria de Estado de Educação/SEEDUC, na forma do Edital de Licitação SRP nº 003/2012 e seus respectivos anexos.

PRAZO: 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos contados a

PRAZU: 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos contados a partir da publicação do extrato no DOERJ.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 287/1979, Decretos nºs 3.149/1980 e 42.301/2010. PROGRAMA DE TRABALHO: 18010 1212201522192. CÓDIGO DE DESPESAS: 3390 39. FONTE DE RECURSOS: 05. EMPENHO Nº 2013NE10668. PROCESSO Nº E-03/001/3444/2013.

ld: 1496602

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Décimo Termo Aditivo SEEDUC nº 25/2013 ao Con-INSTRUMENTO: Décimo Termo Aditivo SEEDUC nº 25/2013 ao Contrato ASJU/SEEDUC nº 90/2009. DATA DA ASSINATURA: 10/05/2013. PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Educação e a empresa ELFE ÓLEO & GÁS OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A. VALOR: R\$ 4.972.272,00. OBJETO: Em atenção ao disposto no art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado, a contar de 11/05/2013, por até 12 (doze) meses, o prazo de vigência estabelecido no contrato celebrado em 11/05/2009, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2009, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, preparo e distribuição de refeição e de vigia, inclusos os serviços de limpeza de caixas d'água e cisternas bem como a desinsetização e desratização das cozinhas, copas, refeitórios e áreas de preparo e manipulação de das cozinhas, copas, refeitórios e áreas de preparo e manipulação de alimentos nas unidades escolares componentes dos lotes 03, 09 e 26 (Regionais Metropolitana VIII-A, Norte Fluminense I-C e Metropolitana VIII-B). E ficam suprimidos a partir de 11/05/2013 os seguintes postos

Norte Fluminense I-C - 33 postos de serviços de preparo e distribuição de refeições; Metropolitana VIII-A - 121 postos de serviços de preparo e distribuição

Metropolitana VIII-A - 78 postos de serviços de limpeza; Metropolitana VIII-B - 78 postos de serviços de preparo e distribuição

de refeições Mantidas as demais Cláusulas

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 287/79, Decretos nºs 3.149/80 e 42,301/2010. PROGRAMA DE TRABALHO: 18010 1212201522192. CÓDIGO DE DESPESAS: 3390 37. FONTE DE RECURSOS: 05. EMPENHOS N°s: 2013NE10826 e DE RECURSOS: 05. EMPENHOS N°s: 2013NE10832. PROCESSO N° E-03/8.030/2009. 2013NE10826

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE ENSINO COLÉGIO ESTADUAL FRANÇA

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL FRANÇA, Regional Metropolitana III, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE nº 2349 de 11.12.2000 e nº 2355 de 18.01.2001, torna público o nome do aluno que concluiu o Ensino Médio, neste estabelecimento

TURMA: 3101 - ANO: 2002 01-Jaqueline Vieira de Amorim

CENTRO DE ESTUDOS DE JOVENS E ADULTOS SENAI PACIÊNCIA

O DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS DE JOVENS E ADULTOS SENAI PACIÊNCIA, Regional Metropolitana IV, Município do Rio de Janeiro, nos termos das Resoluções SEE n $^{\rm o}$ 2349, de 11.12.2000 e n $^{\rm o}$ 2355, de 18.01.2001, torna público o nome do aluno que concluiu o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino. ANO: 2012

01-Rafael Almeida da Silva

CIEP BRIZOLÃO 285 - LUIZ JOSÉ DAFLON GOMES **EDITAL**

O DIRETOR DO CIEP BRIZOLÃO 285 - LUIZ JOSÉ DAFLON GO-MES, Regional Centro Sul, Município de Sapucaia, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11.12.2000 e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino. CURSO: NORMAL

TURMA: CN 3001 - ANO: 2012 01-Alessandra da Silva 02-Ana Claudia Santiago da Silva 03-leda Rodrigues dos Santos 04-Paula Santos Kroff 05-Rafael Torres dos Santos 06-Rosemere de Carvalho Dias TURMA: CN 4001 - ANO: 2012 01-Daiane Maria Lara Ramos Vidal 02-Elaine Cristina Antonio Lopes 03-Laís Barros Toledo 04-Letícia Silvino Santos 05-Lucimar Vitor França 06-Nelma Felícia Tiago 07-Nilcimara Silva dos Santos 08-Raquel Duarte Domingos 09-Sara Olinto Miranda

COLÉGIO ESTADUAL ERCÍLIA MUYLAERT DE MENEZES **EDITAL**

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL ERCÍLIA MUYLAERT DE ME-NEZES, Regional Norte Fluminense, Município de São Francisco de Itabapoana, nos termos das Resoluções SEE nº 2349, de 11.12.2000 e nº 2355, de 18.01.2001, torna pública a relação nominal de alunos que concluíram o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino. TURMA: 3001 - ANO: 2012

01-Alan Machado de Oliveira 02-Ana Carla da Silva Fonseca 03-Ana Paula dos Santos da Silva 04-Carla Rangel dos Santos 05-Carolina Viana de Oliveira 06-Ellen dos Santos Ferreira

07-Francieli Carvalho Ferreira 08-Gisele de Almeida Pontes 09-lasmim Dias Isidoro

10-Igor da Silva Veiga 11-João Paulo da Silva Ventura

12-Laís Penha Mourisqui Miranda

13-Letícia Florencio Barreto 14-Lilian Santos da Silva